

# Riscos de intervenção

» MAURÍCIO CORRÊA  
Advogado

O pedido de intervenção federal em Brasília continua em poder do presidente do Supremo Tribunal Federal. O fato de não ter sido ainda julgado explica a prudência com que o tema é tratado. Isso não quer dizer que o pleito não possa ser deferido. Nessa ordem, o despacho proferido pelo presidente da Corte na quarta-feira passada sinaliza que a intervenção corre o risco de ser deferida. Os argumentos expendidos pelo procurador-geral da República foram considerados satisfatórios apenas no que se refere ao pedido de intervenção no âmbito do Poder Executivo. Nessa parte, a questão parece tranquila, porque, se deferida a pretensão, basta que o presidente da República nomeie o escolhido, para que ele, empossado, se invista na condição de interventor.

Como o pedido de intervenção não se limita ao Poder Executivo, estendendo-se também ao Poder Legislativo, quer o presidente da Corte que o procurador-geral explicite como a intervenção se operará, se deferida, com relação àquele poder. Essa é de fato a questão mais intrincada da controvérsia. Antes de se reconhecer a autonomia política do Distrito Federal, na vigência da Constituição pretérita, quem legislava para Brasília era o Senado Federal. Pode-se até dizer sem erro que funcionou muito bem, sem maiores complicações e custos. Não se sabe, todavia, como passar essa competência agora para o Senado, nem se sabe se seria constitucionalmente possível sem ofensa a predicamentos constitucionalizados.

Muito menos se pode dizer que a Câmara dos Deputados possa deter competência temporária para legislar para Brasília, sem incidir nas mesmas violações. Deixar o período de intervenção sem um Poder Legislativo seria, do mesmo modo, algo inconcebível. Se tal se verificasse, o interventor, além da incômoda condição da incumbência, ainda teria a absurda prerrogativa de governar sem que ninguém fiscalizasse seus atos. Isso é mais do que retórica num sistema constitucional como o do país.

É igualmente inimaginável supor que em um regime de intervenção pudesse o DF ficar sem um Poder Legislativo.



Qualquer solução que venha a ser cooptada para a hipótese demandaria, além da conveniência com a própria intervenção, um conjunto de normas disciplinadoras do funcionamento do órgão legislativo. Cumpre saber qual será o modelo preconizado pelo procurador-geral da República, para que, por meio dele, se possa proceder à substituição das funções da Câmara Legislativa. Alguma alternativa deverá haver, sem dúvida, para o caso. Não fosse assim, qualquer pedido dessa natureza, por mais

impositivo e recomendável que fosse, acabaria se tornando inexecutável por carência de equação legal. O problema é saber defini-la de que forma será.

O presidente do STF admitiu competência para examinar preliminarmente o pedido e, finalmente, relatá-lo. No próximo dia 23, contudo, vai passar a Presidência da Corte para o vice-presidente, já escolhido presidente, que, a partir daí, passa a ser o relator da matéria. Se quisesse, já agora poderia ter determinado de plano o arquivamento da representação. Se não o fez

é porque deve ter vislumbrado razões para o deferimento. De qualquer sorte, a espera favorece a tese dos que não desejam que se defira o pedido. Talvez aí também resida, propositadamente ou não, certa voluntariedade no pequeno atraso da decisão final. É para que os deputados se conscientizem da gravidade do momento em que vivem. Pensem e reflitam.

Somou positivamente a favor dos deputados a designação do próximo dia 17 para a escolha do novo governador. As articulações políticas para a eleição não devem passar despercebidas do conhecimento dos ministros do Supremo. O maior equívoco cometido pode estar no desejo de eleger membro do poder para a vaga aberta. Pode ser indicativo de que as coisas vão continuar do mesmo jeito. Se eleito algum parlamentar da Casa, a impressão que pode transparecer é de que os arranjos entre eles remanesçam. Como é sabido, a CL esteve no epicentro dos acontecimentos geradores da queda do ex-governador e que resultaram, inclusive, na renúncia de dois deputados e em acusações de ilícitos contra outros. Tudo o que precisa ser feito doravante é não deixar rastro no caminho capaz de produzir suspeita dos representantes do povo na CL.

Se o procurador-geral da República encaminhar petição oferecendo as explicações solicitadas na Intervenção Federal 5.179, com brevidade, pode suceder que a decisão ainda se dê antes do citado dia 23. O julgamento do pedido poderá ocorrer mesmo depois dessa data, com relativa urgência, se o processo estiver devidamente instruído e em condições de ser julgado. Consigno que, como redator destas notas, ainda que a escolha recaia em parlamentar da Casa, propugno que a intervenção seja desacolhida. O melhor para a CL, seus deputados e a transparência de seus atos, é que, nessa fase de turbulência institucional, a escolha se operacionalize em candidato que não exerça mandato parlamentar.

Se os deputados elegerem um colega para governador, pode acontecer que, nesse interregno, a intervenção seja deferida. Se de fato o pedido for acolhido, a culpa poderá recair sobre seus ombros. Mas, se isso for apenas um mau presságio e nada de ruim advier, caberá à sociedade saber que preço terá que pagar.



**ARI CUNHA**

Desde 1960

**VISTO, LIDO E OUVIDO**

aricunha@dabr.com.br  
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

## Lago de Brasília

Quando foi construído, o Lago do Paranoá comportava 660 milhões de m<sup>3</sup>. Veio o assoreamento e não se sabe quanto armazena de água. Previsões otimistas acrescentam que não passam dos 40 milhões de metros cúbicos. Mesmo assim ainda é o suficiente para passeios em lanchas, barcos e jet ski. Há competições de kitesurf, remo, vela e até mergulho. Na Polícia Fluvial, há o registro de quase 20 mil embarcações. O problema de estacionamento para barcos é realidade em Brasília. Na avenida chique do Iguatemi Shopping, há exposição do que há de melhor em embarcações esportivas. Não será exagero dizer que mais se parece com a Rodeo Drive da Califórnia.

### »» A frase que não foi pronunciada

“O cérebro é uma coisa maravilhosa. Todos deveriam ter um.”

José Serra preparando o pensamento para a campanha.

### Bovespa

» Garantia dos participantes aos quadros da Bovespa é motivo guardado pela segurança. Açúcar, etanol e outros, se fossem listados oficialmente, os estoques seriam garantidos. Não haveria manipulação e os estoques teriam a garantia da Bovespa. Como está, qualquer necessidade é usada como falta do produto, o que nem sempre é verdade.

### Depoimento

» Falando sobre situação do Brasil, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso expõe pontos de vista. Afirma que “tudo está sob uma liderança habilidosa que ajeta interesses contraditórios e camufla a reorganização política que está se esboçando”.

### Carta

» Affonso Heliodoro dos Santos, em carta à coluna, diz que “o ideal é mesmo o fechamento da Câmara Legislativa. Lá há, muito embora, pessoas honestas. Mas parece minoria que não luta. Pela ideia de JK, teríamos um prefeito nomeado pelo presidente da República, câmara de vereadores, deputados federais e senadores. Transformaram tudo neste montão de desonestidade em que o Brasil vive hoje”.

### Aviso de luta

» Líder separatista checheno Doku Khamatovich Umarov falando em vídeo divulgado pelo site Kavkazcenter: “Sou contra a organização extremista, o Emirado do Cáucaso”. Disse mais: “Eu prometo que a guerra virá até suas ruas e vocês sentirão em vida a dor da própria pele”.

### Euro balança

» Ajuda à Grécia fendeu a moeda europeia. O pacote prevê créditos do Fundo Monetário Internacional bilateral de outros países

membros. O grupo sugere que a Alemanha abandone o euro, caso o país precise ajudar a Grécia a superar suas dificuldades. O euro vem reduzindo no correr da semana sua cotação internacional.

### Financiar

» Deixado de lado por causa da economia crescente, o ministro da Fazenda Guido Mantega anunciou até dezembro a prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento. Vai financiar projetos até R\$ 80 bilhões. Trocando em miúdos, o governo abandonou o PAC, que não obteve progresso, e lançou o PAC-2 para acalmar a população antes da eleição.

### Meirelles fica no BC

» Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, tinha interesse em participar das eleições em Goiás, estado de nascimento. Estava preparando. Assistindo a discurso do atual governador, constatou que a corrupção lá é pior do que em Brasília.

### Voos difíceis

» Não vão bem o Brasil e os caminhos dos ares. A distância mantida entre aeronaves é grande. Demora para descer, para decolar. Chegar ao destino combustível acima das necessidades. Dois dias viajando no Brasil dia e noite, aviões consomem combustível que daria para voar entre São Paulo e Paris.

### Reconhecimento

» Arruda se despede do STJ. Depois de quase 50 anos de magistratura, Denise Arruda deixa a Corte como a quarta mulher a exercer função de ministra no tribunal. Graças a ela, o Código de Defesa do Consumidor passou a ser aplicado também em instituições financeiras.

## Que língua usamos no Brasil?

» JAIME PINSKY  
Historiador, professor titular aposentado da Unicamp, autor de Cidadania e educação, entre outros livros (www.jaimepinsky.com.br)

O novo acordo ortográfico implantado em nosso país deu a muitos a falsa impressão de que Portugal e Brasil estão se reaproximando no uso da língua compartilhada por eles. Nada mais errado. Uma coisa é a ortografia, bem ou mal estabelecida por decreto, outra o uso da língua. E, como já disse aqui, língua, ao contrário de atum, não se congela. Em Portugal, por exemplo, ainda se aplica o pronome vós, enquanto no Brasil nem escreventes de cartórios ou advogados parnasianos fazem uso da segunda pessoa do plural. Mesmo o tu, usado em alguns estados brasileiros, conjuga-se quase sempre como terceira pessoa, no lugar de você, não na segunda pessoa do singular. Usos tão distintos da língua exigem gramáticas diferentes. Resta, é claro, a posição elitista de desqualificar o uso que os brasileiros fazem da própria língua, opondo uma suposta gramática normativa à essa gramática de uso, mas isso soa tão falso quanto um vós à solta, não achais, senhores?

Faltava, contudo, uma obra que sistematizasse a gramática desse português brasileiro (que caminha para ser, mas ainda não é, uma língua brasileira, independente). O desafio era como compatibilizar a confecção de uma gramática com uma postura não normativa. Para isso seria necessário amplo conhecimento do uso da língua, em diferentes regiões do Brasil, e de uma enorme capacidade de sistematização, algo ao alcance de poucos. Há que saudar, pois, a chegada da *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba Castilho. Ela não é “mais uma gramática”, por vários e bons motivos: em vez de ser uma gramática da língua portuguesa, busca ser a gramática do português falado por quase duas centenas de milhões de indivíduos no Brasil; é a obra da vida de um dos mais importantes linguistas que o país já produziu, ex-professor da Unesp, da USP e da Unicamp, pesquisador do CNPq, consultor do Museu da Língua Portuguesa, líder de importantes equipes que vêm mapeando a fala brasileira.

O livro procura dotar os brasileiros de um certificado a mais à sua identidade. Não se trata de um certificado qualquer,

pois é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigimos ao outro. Faltava clarificar a gramática do português brasileiro para dar status científico a essa percepção. É o que se faz nesse livro.

Mas atenção: não é uma gramática-lista, cheia de classificações, que começam pela fonética, atravessam a morfologia e perdem o fôlego na sintaxe. Nessas gramáticas, não se vê uma língua, vê-se uma gramática. Aqui, o autor focalizou o que se esconde por trás das classificações, identificando os processos criativos do português brasileiro que conduziram aos produtos listados. Ultrapassasse a barreira da descrição, encaminhando o olhar para o que ocorre também na linguagem mental, pré-verbal. Ultrapassasse a fronteira da sentença, pois o trabalho tem início no texto.

Quando falamos ou quando escrevemos, uma intensa atividade é desencadeada em nossas mentes, com rapidez enorme, acionando-se quatro sistemas linguísticos ao mesmo tempo: o léxico, a semântica, o discurso e a gramática. Esses sistemas são articulados pelos princípios sociocognitivos que regem a

conversação, a mais básica das atividades linguísticas. Essa gramática foi concebida nos moldes da teoria multissistêmica, de cunho funcionalista-cognitivista, desenvolvida pelo autor.

As gramáticas resultam habitualmente do trabalho individual, fundamentando-se na língua literária. Também aqui, essa gramática tomou outro rumo. Os escritores não trabalham para nos abastecer de regras gramaticais. Eles exploram ao máximo as potencialidades da língua, segundo um projeto estético próprio. As regularidades que as gramáticas identificam devem fundamentar-se no uso comum da língua, quando conversamos, quando lemos jornais, como cidadãos de uma democracia.

Isso não exclui a fruição das obras literárias, mas é uma completa inversão de propósitos tomá-las como fundamento para a descrição de uma língua. Por seu lado, as línguas são tão complexas, que é impossível trabalhar solitariamente em sua análise. Levando isso em conta, os linguistas brasileiros conceberam, a partir da década de 1970, grandes projetos coletivos, nos quais o autor se envolveu. Uma gramática diferente, sem dúvida. Mas tão mais verdadeira...